

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DE PERUANO/AS NO RIO DE JANEIRO

Camila Daniel¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o gênero como elemento que estrutura o fluxo internacional de pessoas, tendo como estudo de caso o/as peruano/as que moram no Rio de Janeiro. Caracterizado como a forma que as sociedades distinguem o masculino e o feminino a partir da diferença sexual (NILCHONSON, 2000), o gênero se constitui também uma importante categoria para compreendermos a dinâmica das mobilidades internacionais. Este artigo se baseia no trabalho etnográfico realizado de julho de 2011 a dezembro de 2012 com peruano/as que chegaram no Rio de Janeiro principalmente como trabalhadores informais e como estudantes universitário/as. Refletiremos como o gênero afeta as oportunidades das mulheres peruanas de ir para o exterior, se inserir no Brasil, lidar com a vida familiar e a esfera pública- principalmente o trabalho e a educação superior. Na esfera privada, mesmo quando recebem apoio dos maridos, as peruanas ainda são consideradas as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e, portanto, elas se encarregam de decidir qual estratégia colocarão em prática para lidar com a maternidade no contexto migratório. Estas estratégias são elaboradas segundo um conjunto de fatores como a condição econômica, a relação dela com o pai do seu filho, as redes de relações e o capital social que elas dispõem. Já no campo da educação superior, no Rio de Janeiro, as áreas ciências exatas e tecnológicas se destacam pela grande presença de peruanos, principalmente homens, que chegam ao Rio de Janeiro para cursar a pós-graduação. No Peru, estas são áreas em que predomina a presença de homens, enquanto as mulheres se inserem mais em áreas de humanas, que, no Brasil, apresentam menor presença de estrangeiros. Estes casos nos mostram como o gênero atua como um classificador que estrutura as relações sociais transnacionalmente.

Palavras-chave: Gênero. Mobilidade internacional. Imigração. Brasil. Peru.

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo PUC-Rio, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: camiladaniell@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to reflect on gender as a category that structure the international flow of people, focusing on the case study of Peruvian citizens living in Rio de Janeiro. Characterized as the form that societies distinguish male and female according to the sexual difference (NILCHONSON, 2000), gender is also an important category to understand the dynamics of international mobilities. This paper is based on ethnographic fieldwork conducted from July 2011 to December 2012 with Peruvians who arrived in Rio de Janeiro as informal workers and as university students. Here, we will reflect about how gender affects the opportunities of Peruvian women of going abroad, fitting in Brazilian society, dealing with familiar life and public sphere- specially work and Higher Education. In private sphere, even if their husband help them, Peruvian women are still considered the main responsible for taking care of children. Therefore, they are those in charge to decide which strategy will implement to deal with motherhood in migratory context. These strategies will be elaborate according to a set of factor, such as economic condition, the relation between them and their children`s father, their network and social capital. In Higher Education, in Rio de Janeiro, sciences and technology areas have a very significant presence of peruvians young men, who came from post-graduate studies. In Peru, these are areas where male presence is dominant, while female presence is more significant in humanities, an area the, in Brazil, there is a smaller number of foreigners. These cases show us how gender acts as a classifier which structure social relations transnationally.

Keywords: Gender. International mobility. Immigration. Brasil. Peru.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre gênero e mobilidade internacional, baseando-se no caso de peruano/as que moram no Rio de Janeiro. Para realizar tal empreendimento, me apoio na definição do gênero como “*qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino*” (NICHOLSON, 2000, p. 9). Partimos do princípio que, além de estruturar as chances dos indivíduos se locomoverem do Peru para o Brasil, o gênero também permite a eles lançar um olhar reflexivo sobre si, suas práticas e valores a partir da comparação entre as relações entre homens e mulheres, masculino e feminino no país de origem e no de destino. Assim, este trabalho dará enfoque a como o gênero delinea as possibilidades das mulheres peruanas se inserir na sociedade brasileira, principalmente na esfera pública do trabalho remunerado e da educação superior.

As conexões entre mercados, países e pessoas na globalização não se dão num vazio, mas segundo determinados fatores que condicionam e estruturam as relações sociais transnacionalmente. Entre estes fatores está o gênero: classificador social que delinea as possibilidades e alternativas de homens e mulheres se inserem na dinâmica dos fluxos internacionais de pessoas. Uma vez que o gênero é um classificador socialmente construída- e não um dado da natureza-, ele está sujeito a transformações segundo as experiências de indivíduos e os contextos históricos, políticos, econômicos e sociais das sociedades. Assim, o gênero se configura como uma forma de estar no mundo e representá-lo como masculino e feminino que não é estanque, mas constantemente repensada a partir da realidade vivida. Por isso, homens e mulheres podem perceber e experienciar a mobilidade internacional de uma forma particular, de acordo com as expectativas em torno do feminino e masculino na sociedade de origem e na de destino.

Este artigo tem como base metodológica o trabalho de campo etnográfico realizado no período de abril de 2011 a dezembro de 2012 com peruano/as que vivem no Rio de Janeiro, que envolveu minha ativa participação em eventos públicos e privados organizados por peruano/as, como festas, shows, jogos de futebol e comemorações. De acordo com informações do Consulado Geral do Peru no Rio de Janeiro, cerca de 5.000 peruano/as vivem nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, conta que inclui apenas o/as peruano/as que se registraram na seção consular. Segundo o consulado, entre ele/as predominam dois principais perfis: um, de peruano/as que chegaram como estudantes universitário/as ou profissionais qualificado/as e ocupam no Brasil o lugar de classes médias; e outro daquele/as que,

mesmo quando portadores de um nível de escolaridade médio ou superior, se inseriram no mercado de trabalho como trabalhadores ambulantes ou informais. Assim, é importante notar que as relações e representações de gênero entre o/as peruano/as também são permeadas por outros elementos, como a classe e ambas incidem na maneira como homens e mulheres peruano/as vivem a experiência migratória (DANIEL, 2013).

Gênero e Migração

Nas sociedades, homens e mulheres são considerados seres com múltiplas particularidades. Na maioria das vezes, tais particularidades são interpretadas como expressão da diferença biológica que demarca os corpos femininos e masculinos através do sexo. Ele seria, portanto, a dimensão natural que fundamenta a distinção de homens e mulheres em seus corpos, comportamentos e habilidades. O gênero se constitui uma categoria de análise que desnaturaliza o sexo, reconhecendo a dimensão social e cultural na maneira como homens e mulheres vivem e interpretam a diferença sexual. Segundo Nicholson (2000), o gênero é uma maneira de organizar a diferença sexual que não está dada na natureza, mas se baseia na maneira como conhecemos o mundo e atribuímos significado aos corpos (SCOTT *apud* NICHOLSON, 2000). Ele também estrutura e dá sentido às relações de poder, atribuindo a homens e mulheres lugares distintos nas hierarquias sociais (SCOTT, 1991).

Neste sentido, o gênero é uma categoria de análise que desvenda as relações de poder camufladas nas esferas da vida social muitas vezes consideradas neutras e imparciais, como a política, a ciência e o trabalho. Perrot (2006), por exemplo, questiona a neutralidade da história e revela a perspectiva seletiva que a disciplina desenvolveu, ao privilegiar a história a partir das experiências dos homens e da sistemática invisibilização das mulheres. Halliday (*apud* MENEZES, 2007), por sua vez, critica a pretendida neutralidade de gênero nas relações internacionais, que ignoram os efeitos da desigualdade de gênero na posição das mulheres e homens dentro e fora de seus países de origem.

Mahler e Pessar (2001) mostram como o gênero atua no nível das instituições, condicionando a mobilidade internacional. As autoras citam o exemplo do/as solicitantes de asilo nos EUA oriundos da Indonésia. As mulheres conseguem ter o pedido de asilo aceito, sob o argumento de sofrer violência sexual no país de origem. Entretanto, quando os indonésios pedem asilo com o mesmo argumento, eles têm o pedido negado. Neste caso, os homens não são reconhecidos como

possíveis vítimas de violência sexual, crime imaginado como apenas passível de ser cometido contra mulheres.

Este debate é extremamente profícuo para analisarmos o papel que o gênero exerce na dinâmica das mobilidades internacionais. Clifford (1997) analisa que as viagens se tornaram um importante elemento para as sociedades burguesas modernas, influenciando, inclusive a concepção de antropologia que se difundiu no século XIX. Foi neste contexto que se construiu o que chama de "cultura dominante de viagem". Nesta perspectiva, apenas os homens, brancos, europeus que seguem determinadas rotas são considerados viajantes. Mulheres, negros, trabalhadores, escravos também viajavam, mas não eram considerados autônomos nem protagonistas nos processos de deslocamento. Enquanto para os homens a viagem era uma etapa pela qual deveriam passar, as mulheres eram, senão impedidas de viajar, ignoradas pelo discurso oficial como viajantes autônomas. Mesmo quando viajavam, as mulheres "*eram forçadas a se conformar, mascarar ou se rebelar discretamente dentro de um conjunto de definições e experiências normativamente masculinas*" (p. 32).

A reflexão de Clifford sobre a consolidação de uma "cultura de viagem" em que mulher não assume outro lugar senão o de coadjuvante contraria a perspectiva liberal que parte do princípio que a migração é um fenômeno realizado por indivíduos que, autônoma e racionalmente, calculam os prós e a contra de ir para o exterior (Vainer). As migrações e viagens são estruturados a partir de relações transnacionais de poder, que delimitam as chances e condições dos indivíduos migrarem. Portanto, o "*gênero não é simplesmente uma variável a ser mensurada, mas um conjunto de relações sociais que organiza padrões de migração*" (MAHLER e PESSAR 2001, p.10). Por isso, reconhecer o papel que o gênero exerce na maneira como as pessoas se locomovem ou incluem práticas transnacionais na sua vida cotidiana não se restringe a quantificar o número de mulheres migrantes no mundo, mas sim examinar como as "*relações de gênero facilitam ou comprimem a imigração de ambos, homens e mulheres*" (p. 10).

Uma questão que afeta diretamente a vida das mulheres e a maneira como elas se inserem na esfera pública do trabalho, da política, do Estado, da ciência é a relação entre gênero, a esfera privada e as expectativas socialmente atribuídas ao feminino. Fatores não econômicos, como o lugar da mulher na família são de extrema relevância para a participação das mulheres na mobilidade internacional. Na sua maioria, as mulheres imigrantes saem de países do hemisfério sul rumo a países do hemisfério norte, encontrando a oportunidade de participar do fluxo internacional de pessoas como

trabalhadoras que se inserem no mercado de trabalho no exterior em profissões tradicionalmente femininas, como o trabalho doméstico e de limpeza e a indústria têxtil (ORTIZ apud MENDOZA E ORTIZ, 2007). Estas atividades exigem pouca qualificação, são pouco valorizadas socialmente e mal-remuneradas. Muitas migrantes têm filhos e, incapazes de se inserir no mercado de trabalho no seu país, optam pela imigração como uma forma de garantir o sustento dela e da família, que, na maioria dos casos, continuam no país de origem.

Sassen (1998) explica que a imigração de mulheres também está estreitamente relacionada com a internacionalização da produção nacional e a participação de mulheres nela. Caracterizadas como uma mão de obra pouco qualificada que recebe baixos salários, as mulheres de países em desenvolvimento são incluídas como trabalhadoras em linhas de montagem de indústrias para exportação em seus países de origem. A entrada delas nas indústrias muda a estrutura tradicional de produção desses países, devido à migração interna de mão de obra e pelo vazio deixado pelas mulheres que não se dedicam mais à produção tradicional. Essas trabalhadoras migrantes se tornam emigrantes em potencial. Elas são desconectadas do sistema produtivo nacional para participar da produção para exportação, que aproxima cultural e ideologicamente estas mulheres do Ocidente, através dos produtos por ele consumidos e do seu modo de produção. Assim, a ideia de emigrar se transforma numa possibilidade real tanto para as trabalhadoras destas indústrias, como para a sociedade em geral afetada por elas.

No entanto, não são apenas como imigrantes, trabalhadoras que exercem atividades que exigem pouca qualificação que se inserem na base da estrutura social do país de destino que as mulheres participam do fluxo internacional de pessoas. Apesar da escassa literatura sobre o tema, as mulheres também realizam outras modalidades de deslocamento mais socialmente prestigiado, como a mobilidade estudantil, que trataremos mais adiante. No entanto, mesmo nestes casos, o gênero continua a incidir nas possibilidades e formas das mulheres se locomoverem pelo mundo. No estudo que realizou com expatriados espanhóis no México, Mendoza e Ortiz (2007) observaram que todos eles eram homens e foram para o México acompanhados de suas esposas.

Os autores entrevistaram 25 mulheres espanholas que tinham ido para o México quando os maridos receberam uma promoção do trabalho, ocupando cargos de direção ou posições como técnicos altamente qualificados de empresas transnacionais. Apesar desta ter sido uma decisão da qual elas participaram, elas, na sua maioria absoluta, tinham uma profissão qualificada na Espanha, que deixaram para acompanhar

os maridos transferidos para o México. No país de destino, elas não conseguiram desenvolver suas carreiras e se inserir no mercado de trabalho como na Espanha. Algumas delas decidiram trabalhar em tempo parcial, conciliando o trabalho remunerado com o trabalho doméstico. Outras se tornaram donas de casa em tempo integral, deixando completamente o trabalho extradomiciliar. Para os autores, esta pesquisa revela que a ida das espanholas para o México não tinha uma motivação apenas econômica, mas também de valorização do trabalho e da carreira do marido em detrimento de suas próprias carreiras. Mesmo tendo sido uma decisão que as mulheres concordaram, os autores acreditam que ela revela uma posição privilegiada que os homens e o trabalho deles ocupam na hierarquia social espanhola (MENDOZA e ORTIZ, 2007).

O gênero também é uma importante categoria que atua na esfera da cognição, ao moldar a maneira como os indivíduos percebem, imaginam e interpretam a si mesmos, o mundo e a mobilidade internacional. Mesmo quando compartilham do mesmo país de origem e a mesma motivação, homens e mulheres podem ter visões diferentes sobre a experiência migratória. A pesquisa de Kitahara (2005) com imigrantes brasileiros descendentes de japoneses no Japão mostra como os casais vivenciam de forma diferente esta experiência. Apesar das mulheres avaliarem positivamente a decisão de imigrar, seus maridos não compartilham da mesma percepção. No Brasil, eles viviam em comunidades rurais onde predominam valores tradicionais e a mulher assume toda a responsabilidade do trabalho doméstico; no Japão, as mulheres ingressam no mercado de trabalho remunerado e têm a oportunidade de se liberar de parte das cobranças do marido na esfera privada. Já os homens se sentem desprestigiados com a flexibilização dos valores da colônia e com sua precária inserção no mercado de trabalho japonês. Isto influencia os planos que homens e mulheres têm para o futuro: enquanto os homens demonstram o desejo de retornar ao Brasil, as mulheres não, pois no Japão elas podem participar de esferas da vida pública, como o trabalho.

Por entendemos o gênero como uma relação social, e não como um atributo inscrito na natureza dos corpos, precisamos ter em mente que seus significados são constantemente ressignificados de acordo com as experiências que os indivíduos vivem no contexto da globalização e na dinâmica da mobilidade internacional. No caso da imigração peruana, a intensa inserção das mulheres nos processos migratórios desde final dos anos 1980 abriu o espaço para uma reflexão sobre seu impacto na sociedade peruana. Até os anos 80, a migração interna e internacional peruana era predominantemente masculina. Altamirano (2000) esclarece que alguns aspectos culturais incentivaram a migração masculina, como a tradicional divisão sexual do trabalho, em que o

homem é concebido como o provedor da família, ou seja, aquele que garante o sustento econômico.

A participação das mulheres no trabalho remunerado fora de casa, a demanda por mão de obra feminina nas cidades- principalmente no comércio e no trabalho doméstico- e o aumento da escolaridade feminina permitiram que as mulheres vislumbassem na migração- interna e internacional- uma opção de vida. Muitas imigrantes peruanas são as primeiras de sua família a imigrar, assumindo o papel de pioneiras na abertura de uma futura rede migratória que permitirá a saída de outros membros da família, incluindo os homens. Estas mulheres encontram como principal alternativa de renda o trabalho doméstico, deixado por espanholas, argentinas e chilenas que ingressaram no mercado de trabalho remunerado fora de casa (COURTIS e PACECCA, 2010; HOLPER e NUÑEZ, 2005). Muitas peruanas são casadas e/ou têm filhos quando emigram, contrariando a representação de esposa e de mãe que precisa estar em casa para cuidar de sua família. Sua saída do país exige uma reorganização da família e permite uma resignificação dos papéis de gênero na vida privada. Acumulando os papéis de provedora e cuidadora, muitas imigrantes peruanas demonstram o cuidado pela manutenção de vínculos transnacionais, como o envio de remessas, presentes, telefonemas, etc (ALVITES, 2011; ANSIÓN et al, 2009; BUSSE, 2011; DUTRA, 2012).

Mobilidade Internacional e Vida Familiar

Na minha dissertação de mestrado, realizei um estudo sobre como a vida familiar e trabalho remunerado são vividos e interpretados pelas embarcadas, mulheres que trabalham em plataformas de petróleo² (DANIEL, 2009). Na dimensão prática, uma estratégia amplamente empregada por aquelas que têm filhos é deixá-los sob cuidado de outras mulheres da família no período de embarque. Na dimensão simbólica, as mães embarcadas se sentem as principais responsáveis pelo cuidado, educação e formação dos filhos e por isso, encaram como doloroso ficar distante deles. Já as embarcadas sem filhos consideram o trabalho embarcado e a maternidade incompatíveis. Para elas, uma "boa" mãe deve estar fisicamente perto dos filhos, ou seja, o

² No sistema de trabalho nas plataformas de petróleo, os/as trabalhadores terceirizados passam 14 dias embarcados em alto mar, sem contato físico com o mundo exterior. Terminado o período de embarque, os/as trabalhadores têm 14 dias de folga. Já os funcionários concursados da Petrobrás têm a escala de 14 dias embarcadas e 21 dias de folga. A maioria absoluta das mulheres embarcadas são funcionárias terceirizadas.

cuidado pressupõe a presença física. Por isso, as embarcadas que querem ter filhos planejam parar de embarcar e trabalhar 'em terra'.

Numa sociedade que compartilha da concepção de que a mulher é a principal responsável pelo cuidado da esfera privada, a relação entre o trabalho remunerado, vida familiar e trabalho doméstico demarca estrutural e simbolicamente a vida mulheres. A percepção difundida na sociedade e incorporada por algumas embarcadas de que uma boa mãe é aquela que está próximo fisicamente do filho, por exemplo, interfere nas escolhas que elas fazem na sua própria carreira, na maneira como elas percebem as outras mulheres, que também são avaliadas segundo este parâmetro e também nas oportunidades de trabalho que elas encontram dentro e fora do universo das plataformas.

Se para as mulheres embarcadas, a conciliação entre vida familiar e o trabalho remunerado é uma realidade difícil, para as mulheres imigrantes esta é também uma tarefa complexa. Para muitas mulheres brasileiras, uma estratégia que executam para garantir o cuidado dos filhos enquanto se dedicam ao trabalho remunerado é acionar suas redes de relações e deixar os filhos sob cuidados de outras mulheres do seu círculo de parentesco ou amizade, como fazem as mulheres embarcadas que têm filhos. Para as mulheres migrantes, conciliar a maternidade e uma atividade remunerada é uma realidade de bastante complexa principalmente num país em que elas não dispõem de uma rede de relações de amigas ou parentes para ajudá-las, quando o país receptor, como o Brasil, não conta com uma eficiente rede de serviços coletivos que socializam o cuidado das crianças- creches e escolas em tempo integral (SORJ et al, 2007) ou ainda elas não têm condições de arcar financeiramente com a contratação de serviços particulares.

Entre as mulheres peruanas no Rio de Janeiro, algumas optaram por priorizar o cuidado dos filhos e da família, pelo menos até a idade em que eles ingressaram na escola. Esta decisão envolve colocar em segundo plano o trabalho em tempo integral e privilegiar a vida familiar, deixando o mercado de trabalho completamente ou desenvolvendo atividades remuneradas com uma jornada mais flexível, que permita alguma conciliação entre o trabalho pago e o cuidado dos filhos, a exemplo do caso de algumas das expatriadas espanholas no México que citamos anteriormente (MENDOZA E ORTIZ, 2007). Esta é uma estratégia possível para mulheres principalmente das classes médias e altas casadas cujos cônjuges desempenham uma atividade remunerada capaz de garantir o sustento de toda família a ponto da mulher poder abrir mão do trabalho remunerado.

Este foi o caso da peruana Carla. Ela veio de Lima, capital do Peru, para o Brasil no início dos anos 2000 cursar o mestrado. Ao longo do

curso, ela se casou e teve um filho. Embora ela goste muito de sua área de formação, depois que engravidou, preferiu dar aula particular de espanhol, um trabalho flexível que permitia a ela passar mais tempo com o filho. Seu marido tem uma carreira consolidada como professor universitário. Ele sempre diz que ela não precisa trabalhar, pois o salário dele é suficiente para sustentar toda a família. Carla, porém, se esforça para ter alguma remuneração. Ela não quer se sentir completamente dependente do marido, mas também quer continuar cuidando do filho. Seu marido também assume responsabilidades com a vida familiar, mas seu trabalho é em tempo integral e exige dele muito tempo de dedicação. Carla então é a principal responsável pelo cuidado da vida familiar. Hoje, que seu filho está em idade escolar e ela retomou os planos profissionais ingressando no doutorado.

Carla preferiu suspender temporariamente os planos profissionais enquanto o filho estava pequeno. Sua decisão foi apoiada pelo marido, que assumiu sozinho o sustento econômico da família. No entanto, outras peruanas não encontram o mesmo cenário que Carla, que faz parte de uma classe média e tem um marido cujo trabalho é bem remunerado, dando condições materiais para que ela abrisse mão de uma atividade remunerada ou fazê-la apenas em tempo parcial. Há peruanas no Rio de Janeiro que têm filhos porém não podem abrir mão de desenvolver uma atividade remunerada em tempo integral, seja porque não recebem apoio material do pai do filho ou ainda porque eles têm uma condição econômica mais precária que exija que ambos trabalhe. Estas mulheres se esforçam para manter o ritmo de trabalho depois da maternidade para, assim, manter o nível de renda.

Sandra, por exemplo, chegou de Cusco, no sul do Peru, ao Rio de Janeiro no final dos anos 1990, com a expectativa de ter um trabalho mais bem remunerado. Apesar de formada em Contabilidade e ter experiência na área, no Peru, ela passou por momentos difíceis na carreira, que serviram de motivação para ela sair do país. Depois de ser demitida do emprego e não conseguir se inserir novamente no mercado de trabalho peruano, Sandra decidiu sair do país. No Rio de Janeiro, ela começou a trabalhar vendendo artesanato em áreas de grande circulação da cidade, como as praias de Copacabana e Ipanema. Apesar de, no Peru, Sandra fazer parte de uma classe média altamente escolarizada, a inserção econômica dela no Brasil não foi como contadora, sua profissão no Peru, mas como vendedora ambulante. Alguns poucos anos depois de chegar à cidade, Sandra teve um filho que garantiu a ela a regularização do seu status jurídico. Como Sandra não conhecia ninguém no Rio de Janeiro que pudesse cuidar do seu filho e não tinha condições econômicas de pagar um creche ou uma babá, ela ia trabalhar levando a criança. Naquela época, ela tinha uma barraca que vendia artesanatos numa feira na praia de Copacabana.

Sandra relata que os colegas feirantes eram muito solidários com a situação e sempre se revezavam na ajuda à ela.

Hoje, na mesma feira onde Sandra começou a se estabelecer no Rio de Janeiro, outra feirante peruana leva o filho de colo para o trabalho. Sempre que pode, Sandra visita a barraca da colega e ajuda a cuidar da criança. Ela afirma que faz isso porque se lembra como era difícil para ela trabalhar e cuidar do filho. Às vezes, ela precisava trocar fraldas do bebê ou dar de mamar para ele em público, enquanto atendia um cliente, pois não podia deixar de vender. Sandra se recorda que aquela foi uma fase muito difícil de sua vida, principalmente por não contar com o apoio de pessoas próximas e de confiança. Sandra reconhece que só conseguiu superar esta fase porque os colegas de feira se solidarizavam com a situação e ajudavam-na com o filho.

Assim como Sandra, Sheyla também trabalha como vendedora informal no Rio de Janeiro. Oirundos de Lima, ela e o marido têm uma barraca que vende bijuterias- brincos, anéis, pulseiras e cordões- no Centro da cidade. Eles chegaram ao Rio de Janeiro nos anos 2000 e, ao contrário de Sandra, que é muito expansiva e gosta de compartilhar comigo suas histórias de quando chegou ao Brasil e de sua vida no Peru, eles são muito reservados, discretos e silenciosos. O casal têm dois filhos pequenos. Para ter quem cuide deles enquanto trabalham, Sheyla convidou uma cunhada para vir do Peru para o Brasil se encarregar da tarefa. A cunhada é uma das irmãs mais novas do marido de Sheyla e, agora que as crianças estão em idade escolar, ela passa o tempo em que eles estão na escola trabalhando na barraca do irmão. Assim, além do cuidado do filho ser mantido entre mulheres, ele é mantido entre mulheres da mesma família, reforçando os laços de parentesco para além das fronteiras nacionais.

Nos três casos acima, vemos que as imigrantes desenvolvem estratégias próprias e singulares para lidar com a maternidade. Estas estratégias são elaboradas a partir dos recursos financeiros e relacionais que cada mulher dispõe. Carla e Sheyla, por exemplo, são casadas e contam com a participação dos maridos no desenvolvimento das tarefas domésticas e no cuidado dos filhos. No entanto, Carla e sua família dispõem de uma condição econômica que permite a ela não se dedicar a uma atividade remunerada em tempo integral. É interessante pensar que, com os recursos econômicos que dispõem, Carla e o marido poderiam colocar o filho pequeno na creche ou contratar uma babá, mas Carla prefere ela mesma cuidar do filho. Já Sheyla não dispõe dos mesmos recursos financeiros que Carla. Ela e o marido chegaram ao Rio de Janeiro para trabalhar- e não para estudar, como Carla e seu marido, que também é peruano- e, na cidade, eles desenvolvem um trabalho informal, que exige baixa qualificação.

Sheyla e o marido trabalham juntos na barraca, numa situação muito parecida com a de Sandra. No entanto, eles não levam os filhos para o trabalho. Eles decidiram trazer a cunhada mais jovem para cuidar das crianças. Já Sandra, que não dispunha nem dos recursos financeiros de Carla, nem dos recursos relacionais de Sheyla, ia trabalhar levando o filho. Estes três exemplos mostram como as múltiplas possibilidades de cuidar do filho revelam o caráter transnacional do gênero. Mesmo assumindo diferentes formas e dinâmicas, o cuidado dos filhos ainda fica sob principal responsabilidade das mulheres.

Gênero, mobilidade estudantil e migração qualificada

De acordo com o observatório Migración Internacional de las diásporas y los profesionales latinoamericanos (MICAL), desde início dos anos 2000, a América Latina presenciou uma emigração massiva de profissionais qualificados, como engenheiros, pesquisadores e pesquisadores, que tiveram como principais destinos os EUA e a Espanha³. Apesar do Peru ser um dos países latino-americanos de onde mais partem emigrantes qualificados (PELLEGRINO e MARTÍNEZ apud PIZARRO et al 2008), ainda é reduzida a literatura sobre o tema, sobretudo quando se insere no debate a questão de gênero. Altamirano (2000) chega a mencionar brevemente que uma estratégia comum entre as elites peruanas é enviar os filhos para estudar no exterior, principalmente na Europa e nos EUA. Muitos desses jovens não retornam para o país depois de formados. Esta prática inicialmente realizada pelas elites foi apropriada pelas classes médias, desejosas por alcançar melhores oportunidades de vida e mais prestígio. No entanto, incapazes de arcar com os custos de estudar num país desenvolvido, as classes médias traçaram suas rotas rumo a países vizinhos como a Argentina (PÆRREGARD, 2008) e o Brasil (DANIEL, 2013). Analisando a imigração peruana na Argentina, Pærregard (2008) comenta que os primeiros peruanos no país chegaram como estudantes universitários que se estabeleceram no país como profissionais depois de graduados, o que também acontece no caso de muitos ex-estudantes universitários no Rio de Janeiro (DANIEL, 2013).

Ainda que a emigração tenha se tornado um fenômeno socialmente difundido por toda população peruana desde os anos 1980, grande parte dos emigrantes, mesmo quando desempenham atividades qualificadas no Peru e apresentam um alto nível de escolaridade, eles encontram oportunidades de trabalho no exterior em atividades pouco qualificadas (BERG E PÆRREGARD, 2005; DURAND, 2010). Por isso, a emigração qualificada de peruanos, que saem do país para

³ <http://es.ird.fr/la-mediateca/fichas-cientificas/402-cerebros-exiliados-subempleados>.

trabalhar como profissionais especializados por conta própria ou em grandes empresas é, em grande medida, invisibilizada pela massiva emigração de peruanos que se inserem no mercado de trabalho no exterior em atividades precarizadas. Neste processo, a participação das peruanas no fluxo de migração qualificada é duplamente invisibilizado, uma vez, que em todo mundo, são majoritariamente os homens os que emigram para trabalhar em atividades altamente qualificadas; e porque as mulheres migrantes peruanas se tornaram mundialmente conhecidas por sua inserção internacional em redes de trabalho doméstico.

No Rio de Janeiro, a imigração peruana que temos conhecimento, que é aquela registrada no consulado, apresenta um perfil particular, muito diferente daquele que a imigração peruana assume em outras partes do Brasil e do mundo. Ela é caracterizada por um significativo número de profissionais qualificados e estudantes universitários nos níveis de graduação e pós-graduação. Além disso, mesmo o/as peruano/as que se inserem no mercado de trabalho carioca em atividades menos qualificadas, como na venda informal e ambulante, muitos deles têm nível de escolaridade médio, como Sheyla ou superior, como Sandra.

Na população peruana no Rio de Janeiro, o/as estudantes universitários desempenham um importante papel na vida pública da comunidade e, muitos deles, depois de formados, continuam a morar na cidade. A circulação de estudantes universitários peruanos por outros países do mundo não é uma novidade surgida no contexto da globalização. E como primeiro país a ter uma instituição de ensino superior na América, em 1551, já na primeira década do século XX o país permitia o ingresso de mulheres na universidade. No sistema universitário peruano, as mulheres ampliaram sua participação: em 1980, para cada matrícula de mulheres havia 1,9 homens matriculados; em 2002, a cifra foi de 1,2 homens para cada mulher. Quando se analisa os dados de alunos que terminaram a graduação, a participação feminina foi ainda mais significativa: 31,9% de mulheres concluintes em 1978 e 51,2% em 2002. Mesmo tendo um número menor de matrículas que os homens, em 2002 as mulheres foram as que mais concluíram o curso superior (GARAVITO, 2005).

Estudar fora do país é uma alternativa para muito/as peruano/as que não se limita à aquisição de um nível de escolaridade mais elevado, mas também como forma de se distinguir no mercado de trabalho nacional, tentar se inserir no mercado de trabalho no exterior, viver uma experiência internacional ou ainda ampliar os horizontes de possibilidade, no sentido lato (Daniel, 2013). Em 2010, 60,8% dos alunos de graduação cogitavam a possibilidade de sair do país ao terminar os estudos. Desse total, 64,9% pensavam cursar a pós-

graduação no exterior e 47,8% pretendiam sair do país para buscar melhores oportunidades de trabalho. Entre os alunos de pós-graduação, 33,4% pensavam em sair do país: 66,7% para realizar outros estudos de pós-graduação e 36,9% por melhores oportunidades de trabalho, de acordo com o II Censo Universitário, realizado no Peru em 2010 (INEI, 2010).

Se as mulheres são as que mais concluem o ensino superior no Peru, elas não deveriam também ser as que mais saem do país para realizar cursos de pós-graduação? Ao que se refere a presença de estudantes peruano/as no Rio de Janeiro, apesar de não existir estatísticas e dados oficiais sobre a questão, tenho observado um número significativamente maior de homens que mulheres estudantes, principalmente em universidades como a PUC-Rio⁴ e o CBPF⁵, onde a presença peruana é muito expressiva. Uma das dificuldades que encontramos para entender a dinâmica da imigração qualificada de peruanos no Rio de Janeiro é a inexistência de dados organizados sobre o tema, por isso, esta primeira aproximação com a questão se deu através da minha experiência etnográfica que me permite esboçar apenas uma reflexão preliminar.

Na PUC-RJ, os peruanos estão presentes principalmente nas engenharias, e em menor número, na Informática. No CBPF, eles se concentram na Física, especialidade deste centro de pesquisa. No ensino universitário peruano, as mulheres estão mais presentes em carreiras como Educação e Saúde, enquanto os homens, por vez, optam prioritariamente pelas Engenharias. Apenas 8% das universitárias peruanas cursavam Engenharia em 1996, enquanto 28% dos homens estavam matriculados na área (GARAVITO, 2005). Os dados analisados por Garavito indicam que há uma diferença na distribuição de homens e mulheres entre as áreas de formação. Apesar de ambos realizarem cursos em áreas como o Direito e Ciências Sociais, são nas áreas de Educação e Saúde, de um lado, e nas Engenharias, de outro, que a presença de mulheres e homens se polariza. As Engenharias, ao mesmo tempo em que concentram a maior proporção de homens, ela também apresenta o maior desequilíbrio na relação entre homens e mulheres, uma vez que é a área de conhecimento com menor presença feminina.

Estes dados nos abrem a possibilidade de pensar como o gênero atua como uma importante categoria de análise (SCOTT, 1991) para pensar a vinda de estudantes peruanos para o Rio de Janeiro. Apesar das mulheres serem as que mais concluem cursos universitários no Peru, o caso dos estudantes peruanos no Rio de Janeiro indica que as áreas de

⁴ Ponticífia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁵ Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

conhecimento mais abertas para a internacionalização através da entrada de alunos estrangeiros tem sido aquelas em que predominam a presença de homens, como as Engenharias e a Física. Estas são justamente as áreas de formação menos procuradas pelas mulheres no Peru. Uma análise mais profunda sobre a questão de gênero e a distribuição de homens e mulheres no ensino superior deveria refletir sobre a dimensão simbólica dessa realidade, considerando os valores envolvidos quando homens e mulheres decidem qual curso superior irão realizar, empreitada que foge do escopo desse trabalho.

Uma questão que pode ser pensada a partir na relação entre gênero e mobilidade estudantil é o nível que internacionalização que cada área de conhecimento abriga. As áreas tecnológicas de universidades como a PUC-RJ admitem aluno/as de outros países, principalmente latino-americanos, mesmo que eles não falem português. No entanto, outras áreas de conhecimento têm uma menor abertura para estrangeiros ou apresentam critérios de seleção mais rigorosos, incluindo ter domínio da língua portuguesa. Um exemplo que ilustra esta possibilidade é o caso de uma peruana formada em Psicologia que veio ao Rio de Janeiro acompanhar seu namorado, que cursava mestrado em Engenharia na PUC-RJ. Enquanto ele conseguiu entrar no programa de pós-graduação em sua área sem maiores dificuldades, ela tentou por duas vezes ingressar no mestrado em Psicologia na mesma instituição, porém não conseguiu. Uma amiga dela, brasileira, também formada em Psicologia, me contou o caso e justificou a reprovação da amiga ao fato dela não dominar o português. A Psicologia exige o domínio da língua portuguesa, para que o candidato desenvolva texto argumentativo sobre teorias e conceitos. Neste sentido, como grande parte das mulheres que se formam nas universidades peruanas estão em áreas que exigem habilidades como a fluência num idioma estrangeiro, se elas tiverem o desejo de estudar no exterior, elas terão que empreender mais esforços para alcançar esta meta do que os homens e mulheres inseridos nas áreas tecnológicas, cujas exigências de preparação prévia é menor e há várias oportunidades de bolsa.

Além de se entremear com a produção de conhecimento, o gênero também incide sobre as oportunidades do/as estudantes peruano/as de encontrar um emprego e se tornar um imigrante qualificado no Brasil. De acordo com as características do mercado de trabalho brasileiro, os homens peruanos possivelmente terão mais chances de encontrar um emprego em áreas predominantemente masculinas do que as peruanas. Se refletirmos no caso específico da Engenharia- área que concentra um grande número de estudantes peruanos-, as oportunidades de trabalho no Brasil são severamente marcadas pelo pressuposto de que as mulheres não possuem as habilidades necessárias para determinados trabalhos- ou por exigir força, ou por serem perigosos (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000; LOMBARDI, 2006). Diante disso, as engenharias

brasileiras encontram como alternativa de trabalho o ingresso no funcionalismo público, em que não há uma distinção por gênero no processo seletivo, além de possibilitar, em alguns casos, uma conciliação entre trabalho remunerado e vida familiar (SORJ et al, 2007).

As peruanas egressas de cursos em áreas predominantemente masculinas de instituições brasileiras enfrentariam uma dupla desvantagem: por serem mulheres e estrangeiras. Como mulheres, elas teriam que lidar com a discriminação de gênero, que entende a mulher como inábil para determinados trabalhos, sobretudo nas profissões predominantemente masculinas; como estrangeiras, elas nem sempre podem seguir a alternativa empreendida pelas mulheres brasileiras de realizar concurso públicos, já que muitos concursos são restritos a brasileiro/as nato/as ou naturalizado/as. Já os engenheiros peruanos, ex-estudantes estrangeiros no Brasil, têm a chance de se inserir no mercado de trabalho em empresas privadas, principalmente as multinacionais, que já estão habituadas a contratar estrangeiros. Apesar de encontrar um emprego no Brasil não ser uma tarefa fácil para homens e mulheres peruanas, elas ainda precisam lidar com processos de seleção que podem repelir a entrada de mulheres em profissões tradicionalmente masculinas, como a Engenharia. Assim, os estudantes peruanos teriam mais possibilidades de se tornarem imigrantes qualificados no Brasil do que as mulheres da mesma nacionalidade e da mesma área de formação, devido às barreiras de gênero que elas estão sujeitas, sobretudo quando formadas em profissões predominantemente masculinas. No entanto, para comprovarmos esta hipótese, é necessário realizar um estudo mais profundo sobre a inserção das mulheres peruanas no mercado de trabalho brasileiro.

Considerações Finais

Compreender como o gênero é uma dimensão que estrutura as diversas formas de se mover pelo mundo e de sentir os efeitos da compressão espaço-tempo que caracteriza a fase globalizada da modernidade não significa apenas incluir as mulheres como uma variável de pesquisa nos estudos de migração. Reconhecer o gênero como um conjunto de relações que incide sobre as mobilidades internacionais exige uma mudança de perspectiva que o entenda como uma categoria social que dá significado às relações de poder (SCOTT, 1991) que organiza as sociedades distinguindo masculino e feminino. O gênero é uma categoria que se transforma, sendo constantemente ressignificado na relação **entre** homens e mulheres. É na relação uns com os outros que homens e mulheres aprendem, (re)produzem e disputam os

significados de masculino e feminino dentro e fora de seus países de origem. No caso da imigração peruana no Rio de Janeiro, o gênero influencia a maneira como eles realizam a saída do país e também como eles se inserem no Brasil.

Referências Bibliográficas:

ALTAMIRANO, T. **Liderezgo y organizaciones de provinciano Lima Metropolitana: culturas migrantes e imaginários sobre el desarrollo.** v. 2. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000.

ALVITES, L. **Madres e hijos/as de locutorio.** Lima: Editorial Perú Migrante, 2011.

ANSIÓN, J. et al. Perú: “En el aeropuerto me dijo que cuidara a mi madre”. In: ANSIÓN J. et al (orgs.) **Más allá de las remesas: familias de migrantes en América Latina.** Lima: CCI/FIUC, 2009.

BERG, U.; PÆRREGAAD, K.; (ed.). **El Quinto Suyo: transnacionalidad y formaciones diaspóricas en la migración peruana.** Lima: IEP, 2005.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 30, n. 110, 2000.

BUSSE, E. Gendered social capital in the ethnic enclave: the paradox of peruvian immigrants' family reunification plans. In: ENCONTRO ANUAL AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 106, 2011. **Anais eletrônicos.** Las Vegas, 2011. Disponível em http://citation.allacademic.com/meta/p506351_index.html. Acesso em 23 de jun. de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA (INEI). II Censo Universitario Nacional, 2010, disponível em <http://200.48.39.65/>. Acesso em 3 de julho de 2013.

COURTIS, C.; PACECCA, M. I. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Papeles de Población**, v. 16, n. 63, 2010, p. 155-185.

CANCLINI, N. G. **A Globalização Imaginada.** São Paulo: Iluminuras, 2007.

CLIFFORD, J. **Routes**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

DANIEL, C. **P'a crecer en la vida: a experiência migratória de jovens peruanos no Rio de Janeiro**. 2013. 296f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

DURAND, J. The Peruvian Diaspora Portrait of a Migratory Process. **Latin American Perspectives**, 2010, v. 37, n. 5, p. 12-28.

DUTRA, D. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília**. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. 2012. 250f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GARAVITO, C. Feminización de la matrícula de educación superior y mercado de trabajo en el Perú: 1978-2003. In: RODRIGUEZ ORTIZ, G. (ed.). **Feminización de la matrícula de educación superior en América Latina y el Caribe**. México: Union de Universidades de América Latina, 2005.

HOLPER, D.; NUÑEZ, L. “En el Peru, nadie se muere de hambre”: pérdida de peso y prácticas de alimentación entre trabajadoras domésticas en Chile. In: PÆRREGAAD, K.; BERG, U. (ed.). **El Quinto Suyo: transnacionalidad y formaciones diaspóricas en la migración peruana**. Lima: IEP, 2005. p 291- 314.

KITAHARA, S. T. Migração internacional e mulheres: o caso das japonesas e nipo-brasileiras. In: PÓVOA NETO, H., FERREIRA, A. (orgs.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.117-132.

LOMBARDI, Maria R. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, 2006.

MAHLER, S. J. PESSAR, P. R. Gender and Transnational Migration. In: CONFERÊNCIA TRANSNATIONAL MIGRATION: COMPARATIVE PERSPECTIVES, 1, 2001. **Anais**, Princeton: Princeton University, 2001.

MENDOZA, C.; ORTIZ, A. Mujeres expatriadas en México: trabajo, hogar y vida cotidiana. **Migraciones Internacionales**, v. 4, n. 2, 2007, pp. 5-32.

MENEZES, L. Um outro olhar sobre a diplomacia e as Relações Internacionais: o tráfico de mulheres como estudo de caso. In: CAMPOS, A. et al (org.). **Idéias e Cultura nas Relações Internacionais**. Marília : Editora Oficina Universitária, 2007, pp. 75-86.

NICHOLSON, L. Interpretando o Gênero. **Estudos Feministas**, v.8, n.2, 2000. p. 9-41

PÆRREGAARD, K. **Peruvians dispersed**: a global ethnography of migration. Plymouth: Lexington books, 2008.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PIZARRO, J. M. (ed.). **América Latina y el Caribe**: migración internacional, derechos humanos y desarrollo. CELADE, CEPAL, ONU: Santiago, 2008.

SASSEN, S. **Globalization and its discontents**: essays on the new mobility of people and money. New York, New York Press: 1998.

SORJ, Bila *et al.* Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, 2007.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil para análise histórica. Recife, mimeo, 1991.